



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



REQUERIMENTO

Número

/XII (.ª)



PERGUNTA

Número

/XII (.ª)

Assunto: Irregularidades na empresa Siclave - Tintas e Produtos Industriais, Lda., de Santa Maria da Feira

Destinatário: Ministério da Economia e do Emprego

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores da empresa da Siclave - Tintas e Produtos Industriais, Lda., situada Rua das Fragas, freguesia de Sanguedo, concelho de Santa Maria da Feira, informaram o Bloco de Esquerda que esta empresa tem salários em atraso desde outubro de 2012, incluindo o subsídio de natal.

Face a esta situação grave, 6 trabalhadores suspenderam contrato alegando salários em atraso, 16 solicitaram a rescisão do seu vínculo contratual por falta de salários, ficando apenas 4 ao serviço desta empresa.

Hoje, dia 20 de março, pela manhã, os 4 trabalhadores em funções dirigiram-se às instalações da empresa para exercer as suas funções, como é habitual. No entanto, foram impedidos de entrar nas instalações da empresa por 6 seguranças e dois cães, que lá foram colocados pela administração da empresa. Segundo os seguranças, os trabalhadores não podiam ter acesso às instalações da empresa, já que esta iria entrar em obras. Esta situação é caricata porque, por um lado, esta empresa tem instalações recentes e modernas; por outro lado, nunca os trabalhadores foram informados da existência de tais obras. A situação relatada parece configurar um atropelo à lei.

Esta empresa teve alterações ao contrato de sociedade em maio de 2012, passando a ser detida pela EGAPOR – Tintas e Vernizes, Lda. e pela Management Securities Capital, S. L..

Os dirigentes do BE descolaram-se junto às instalações desta empresa cerca das 14.30h, onde conversaram com os trabalhadores, constatando a presença dos seguranças, que estavam armados com bastões.

Da informação recolhida, foi indicada que esta empresa tem dívidas ao fisco e à segurança social. Obtivemos ainda a informação que um dos trabalhadores da Siclave, em meados do ano de 2012, solicitou a intervenção da ACT para que a empresa regularizasse os salários dos trabalhadores, o que foi feito em



setembro passado. Esse trabalhador foi, depois, suspenso sem a perda de direitos pela empresa, alegando que não precisavam dos serviços dele.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia e do Emprego, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação relatada pelos trabalhadores desta empresa?
2. Pretende o ministério implantar medidas para apurar o que realmente se passa com a empresa Siclave?
3. Que medidas irá o governo levar a cabo para garantir a defesa dos direitos destes trabalhadores, nomeadamente o direito ao seu salário?
4. Confirma o governo a existência de dívidas desta empresa à segurança social e à autoridade tributária?
5. Que medidas irá o governo levar a cabo para averiguar a atuação desta empresa que, ao impedir o acesso dos trabalhadores ao seu local de trabalho, está a realizar um lockout? Quais as medidas que o Governo levará a cabo para garantir que os responsáveis por este lockout não escapem às suas responsabilidades?

Palácio de São Bento, 20 de Março de 2013.

O deputado

Pedro Filipe Soares